

RAQUEL CAVALCANTI RAMOS MACHADO

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
Entre a Rigidez do Sistema
e a Atualização Interpretativa

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
*Entre a Rigidez do Sistema
e a Atualização Interpretativa*

© Raquel Cavalcanti Ramos Machado

ISBN 978-85-392-0245-4

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29 – conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo/SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Editoração Eletrônica
Cicacor Editorial

Capa
Criação: Vânia L. Amato
Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
07.2014

SUMÁRIO

Apresentação – HUGO DE BRITO MACHADO, 7

Prefácio – LUÍS EDUARDO SCHOUEIRI, 11

Introdução, 19

1. RIGIDEZ DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO, 29

1.1 Os vários significados da palavra competência, 30

1.2 Poder de tributar, competência tributária e capacidade tributária ativa, 33

1.3 Competência e a divisão harmônica entre os entes, 36

1.4 O trato do assunto nas Constituições anteriores, 37

1.5 A divisão de competências na Constituição Federal de 1988, 49

1.5.1 Inicial tendência à descentralização, 50

1.5.2 A divisão em 1988 e as emendas subsequentes, 53

1.6 Forma federativa de Estado e divisão de rendas tributárias, 56

1.6.1 Federalismo, autonomia e recursos financeiros, 56

1.6.2 Atribuição de competências e repartição de receitas, 57

1.6.3 Divisão de rendas em face da federação brasileira e seus reflexos na compreensão das normas de competência tributária, 60

1.6.4 Bitributação jurídica e econômica, 60

1.6.5 Particularidades do Direito brasileiro, 64

2. AS PALAVRAS E AS REALIDADES QUE DESIGNAM: ENTRE TIPOS E CONCEITOS, 67

2.1 De Crátilo a Wittgenstein, 72

2.2 Tipos e conceitos, 77

2.2.1 Maior adequação dos tipos para designar parcelas da realidade concreta, 86

- 2.2.2 *Tipos e conceitos indeterminados*, 92
 2.3 *Tipos e conceitos nas normas de competência tributária*, 94
 2.4 *Tipos e segurança jurídica*, 102
 2.5 *Tipos e regras de tributação*, 105

3. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E NORMA DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA, 113

- 3.1 *Notas sobre alguns julgados do STF e dos problemas hermenêuticos que suscitam*, 114
 3.2 *Escolas hermenêuticas e a interpretação constitucional contemporânea*, 123
 3.3 *Aplicação de critérios diferenciados na interpretação do texto constitucional, quando pertinente ao Direito Tributário*, 134
 3.4 *Entre a cristalização e a atualização do texto*, 141
 3.5 *Termos empregados no texto constitucional e o art. 110 do CTN*, 143
 3.5.1 *Existência de mais de um significado, à luz do Direito Privado*, 162
 3.5.2 *Alteração do significado, no âmbito do Direito Privado*, 164
 3.5.3 *Como deve ser compreendido o art. 110 do CTN*, 167

4. ALGUMAS PONDERAÇÕES PARA A ESCOLHA DE UMA ACEPTÃO, 169

- 4.1 *Distinção entre sentido e significado e a moldura kelseniana*, 172
 4.2 *Visão sistêmica do texto constitucional na formação de uma moldura*, 177
 4.3 *Legislação infraconstitucional e o sentido do texto constitucional*, 182
 4.4 *A relevância do caso concreto não é a supremacia do caso concreto*, 188
 4.5 *Emendar o texto ou atualizá-lo, com coerência, pela via interpretativa?*, 193
 4.6 *Significados possíveis e consequencialismo jurídico*, 205
 4.7 *O papel da lei complementar*, 212
 4.7.1 *Lei complementar e contribuições*, 222
 4.8 *Necessidade de uma fundamentação racional*, 225

Conclusão, 233

Referências bibliográficas, 239